

Acritica
28/2/98 A3
711

Manaus, sábado, 28 de fevereiro de 1998

CIDADES

a crítica **III** A3

Funai atrasa demarcação de áreas no AM

A denúncia é feita pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e admitida pela Fundação Nacional do Índio

Euzivaldo Queiroz - 12/nov/96

O coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Darcy Corubo, 32, denunciou ontem o atraso na demarcação das terras indígenas na Amazônia. Segundo ele, membros dos Grupos de Técnicos (GTs) da Fundação Nacional do Índio (Funai) não têm preparado os relatórios de identificação das terras dentro dos prazos devidos, o que estanca o processo.

Das 26 áreas indígenas que deviam ter sido demarcadas pela Funai no ano passado, apenas 17 tiveram seu espaço delimitado e até agora, segundo informações do administrador regional da Funai no Amazonas, Benedito Rangel, 40, não há nenhum GT trabalhando nos 29 projetos de demarcação programados para este ano. Dos 29 projetos nove sobram do ano passado.

O atraso no cronograma de demarcações das terras indígenas, de acordo com Darcy Corubo, é preocupante devido ao prejuízo que traz aos índios. "Acabamos sem saber o que fazer com as áreas. Com a demora na definição há o problema de estarmos sempre à mercê. Se exploramos a área junto com os madeireiros, pescadores e outros, e depois fica determinado que aquela área é nossa, acabamos prejudicados. Se a área fica fora das nossas terras quem perde é o estado e nós também não queremos isso", disse Corubo, destacando que não é difícil encontrar índios trabalhando para exploradores clandestinos. "Eles chegam na área e oferecem dinheiro. Dizem que se os índios trabalharem para eles terão comida, combustível, coisa que a Funai nunca dá porque não aparece", afirma o coordenador geral da Coiab.

A aproximação dos índios com os exploradores clandestinos, na avaliação de Darcy, não passa desperce-

bida e precisa ser vista com atenção. "Com o dinheiro e a possibilidade de poderem comprar o que querem eles acabam indo para caminhos não muito bons, como da bebida e da prostituição, o que destrói a identidade cultural do povo", conta. Darcy cita como exemplo de perda de identidade o povo Muhra, que vive em péssimas condições sociais e não sabe mais nem falar a língua mãe. "Há até quem diga que eles não são mais índios, mas uma comunidade que vive sem direção", afirma.

O atraso dos membros dos GTs na entrega dos relatórios de identificação das áreas indígenas, segundo Darcy, acontece devido os antropólogos, principais responsáveis pela equipe de trabalho, estarem envolvidos em outras atividades que não são só os trabalhos de campo em terras indígenas. "Muitos são mestrandos, doutorandos, professores e acabam não tendo tempo para se dedicar a escrever o material que têm em mãos", disse o coordenador geral da Coiab.

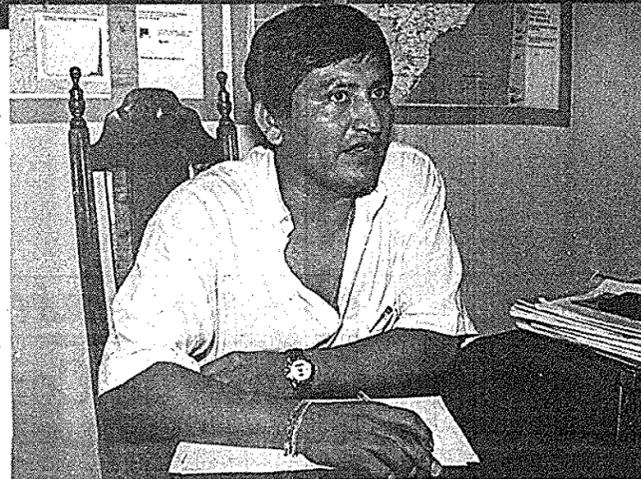
Fotos: Márcio Silva



Rangel, da Funai: "Faltam profissionais"



Índios fazem manifestação, no Centro de Manaus, pela demarcação



Para Darcy Corubo, da Coiab, os índios são prejudicados

Problema era falta de recursos

O maior problema da Funai quanto à demarcação de áreas indígenas, segundo Darcy Corubo, era a falta de recursos financeiros. "Eles sempre diziam que não tinham verbas para executar projetos de demarcação devido aos custos altos". Foi então que em 1994 o Banco Mundial firmou convênio com o governo brasileiro, através do Grupo dos Sete (G7), que liberou US\$ 22 bilhões para serem gastos em demarcação de terras indígenas em todo o território nacional.

"A Constituição dizia que até 1993 todas as áreas indígenas seriam demarcadas. Por pressão da Eco 92, o G7 anunciou que estava disposto a fazer investimento de proteção ambiental e em 94 foi assinado um contrato em que o Brasil se comprometia em efetuar o trabalho", disse Darcy, avaliando que a demarcação das terras indígenas não é só uma questão dos direitos humanos, mas também está ligada à defesa ambiental. "As áreas indígenas são consideradas de preservação ambiental".

Depois que a questão dos recursos estava solucionada, Darcy afirma que o governo brasileiro alegou outra coisa. "Disse que o processo de demarcação estava prejudicado porque não continha um princípio contraditório, que num processo administrativo diz que a outra parte tem direito de questionar algo que achar incorreto, apresentando provas".

Foi quando o então Ministro da Justiça Nelson Jobim publicou o decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dá um prazo de 90 dias para quem quiser reclamar algum direito sobre as terras reconhecidas pelos técnicos da Funai como sendo indígenas.

"Dois problemas estão resolvidos. E, apesar de estar tudo encaminhado, continuamos na mesma, simplesmente porque a Funai não tem infra-estrutura para fazer com que o processo siga em frente. É preciso que esta situação seja revista para que o atraso e os prejuízos não sejam cada vez maiores", disse Darcy, destacando que o prazo dado pelo G7 para conclusão das demarcações foi até o ano de 1999.

Administrador confirma atraso

A justificativa para o atraso foi confirmada pelo administrador regional da Funai no Amazonas, Benedito Rangel, que disse que o problema é a falta de profissionais para atuar na área. "Temos que trabalhar com o material que dispomos. Mas tudo está caminhando bem", afirmou.

Segundo Rangel, os trabalhos de identificação das 29 áreas indígenas programadas para serem demarcadas este ano deverão começar no próximo mês. "O cronograma diz que os trabalhos devem começar no primei-

ro trimestre de 98 e ainda estamos começando o mês de março", disse, destacando que todas as determinações, tanto para formar os Grupos Técnicos, quanto para mandá-los a campo, vêm da Funai de Brasília.

Apesar de concordar que o atraso na entrega de relatórios acaba prejudicando o processo de demarcação de áreas indígenas, Rangel disse que nunca tantas áreas indígenas foram reconhecidas no Amazonas durante um único ano. "Foram 17 áreas homologadas e dez delimitadas. Um trabalho bom", avaliou.

Áreas que devem ser demarcadas pela Funai este ano

Local	Estado	Área(em hectares)
Ariramba	AM	10.762
Banawa Yafi	AM	79.680
Barata Livramento	RR	13.250
Boqueirão	RR	15.750
Cuiú-Cuiú	AM	38.310
Fortaleza do Pataú	AM	760
Jacamim	RR	179.000
Jaminawá/Envira	AC	86.615
Juma	AM	38.700
Kampa do Igarapé Primavera	AC	21.800
Kaxinawá da Praia do Carapanã	AC	61.307
Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu	AC	23.840
Kulina do Igarapé do Pau	AC	44.050
Kumari do Lago Ualá	AM	76.000
Lago Capanã	AM	6.290
Lago Jauari	AM	15.180
Moskow	RR	13.250
Munduruku	PA	2.362.000
Muriruh	RR	5.520
Paraná do Arauató	AM	5.763
Pinatuba	AM	29.900
Rio Manicoré	AM	19.300
Rio Urubu	AM	27.145
Poyanawa	AC	20.081
Tabalascada	RR	8.250
Tenharim do Igarapé Preto	AM	88.000
Tukuna Uamariçu	AM	4.900
Vale do Javari	AM	8.400.000
Wai-Wai	RR	330.000

Arte: Myria